

José Relvas e a Implantação da República[1]

Eulália Teigas Marques

Introdução

Sr. Presidente da Câmara, Senhores Vereadores, Excelentíssimas autoridades e entidades presentes, minhas senhoras e meus senhores.

Em primeiro lugar, quero agradecer o convite da Câmara Municipal para estar presente nesta cerimónia, que nos traz à memória as lutas daqueles que perseguiram um ideal, o republicano, e o conseguiram concretizar com a I República.

É um convite que muito me honra. Obrigada.

Em segundo lugar, quero cumprimentar, vivamente, uma Câmara que, após 95 anos, ainda vive, intensamente, o dia da Implantação da República, o 5 de Outubro de 1910. Obrigada por nos lembrarem esse passo político e revolucionário que mudou a vida de Portugal do início do século XX e que mudaria também as nossas vidas, com novas ideias e novas acções, tendo presente o lema da Revolução Francesa de 1789, Liberdade, Igualdade e Fraternidade, uma trilogia um pouco arredada dos nossos dias, mas que é essencial que volte ao nosso convívio e às nossas vidas.

Em terceiro lugar, quero agradecer à minha amiga Luísa Barbosa, que me lançou este desafio.

Mas, não venho teorizar sobre a República ou sobre ela fazer uma oração de sapiência.

Venho, simplesmente, lembrar um homem que foi a cabeça da Revolução, não só nos ideais, mas sobretudo na acção e que, infelizmente, tem sido tão esquecido pelos investigadores das coisas e dos homens da nossa História Contemporânea, mas também por ser desconhecido do grande público.

Venho falar-vos de José Mascarenhas Relvas, Senhor da Casa dos Patudos, em Alpiarça, e recordar, em simples homenagem, a figura ímpar do seu proprietário, o lavrador abastado, o político íntegro, o amante das Artes e do Coleccionismo e ainda o filantropo esclarecido.

José Relvas nasceu na Golegã, a 5 de Março de 1858, no seio de uma família nobre, oriunda de Viseu. Passou a maior parte da sua vida, em Alpiarça, no Solar dos Patudos, onde viria a falecer a 31 de Outubro de 1929, no mesmo dia em que desaparecia também António José de Almeida (1866-1929)([2]).

A sua adolescência coincidiu com o movimento revolucionário do pensamento, em Portugal, herança da Geração de 70 e das Conferências Democráticas do Casino Lisbonense (1871).

Tendo iniciado os estudos universitários em Coimbra, onde cursou Direito durante 2 anos, decidiu-se, contudo, pelo Curso Superior de Letras, em Lisboa, que terminou com distinção, em 1880. É curioso verificar, no entanto, que nunca, em situações oficiais, lhe é dado qualquer título académico, sendo sempre o Senhor Relvas, como ainda hoje é nomeado em sua casa.

Na verdade, o Senhor dos Patudos nunca exerceu o Magistério, optando pela administração da sua casa agrícola e pelo estudo dos problemas económicos por que passava o País, com relevo para o que dizia respeito à vitivinicultura, a que se dedicou nas suas terras.

Também se dedicou a debates políticos em Santarém, Almeirim e Alpiarça, entre outras povoações do Distrito de Santarém. Versando, não só problemas económicos, mas também de propaganda dos ideais republicanos, a partir de 1907, ano em que rompeu com a Monarquia por, entre outros motivos, ser contra a ditadura de João Franco([3]) e contra a solução encontrada, pelo Ministro de D. Carlos, para o problema vinícola. Mas também pelas perseguições políticas perpetradas pelo ditador e que se faziam sentir por todo o País.

Para José Relvas, João Franco "tinha as aspirações autoritárias do português do século XVIII (e) a ausência de escrúpulos políticos que inspirou a última fase da sua vida política". "Depois de, em comícios públicos, concitar contra a sua falsa atitude democrática a opinião do povo da capital, abriu o conflito no Parlamento, expondo a realza às retaliações dos representantes da democracia com a publicação das Cartas de D. Carlos (1863-1908) a Hintze Ribeiro([4]) e com a revelação dos adiantamentos ilegais feitos a todas as pessoas da família real"([5]).

Nessa carta de 16 de Maio de 1906, o rei recusava a dissolução das Cortes, pedida por Hintze Ribeiro e afirmava que "repressão violenta pode e deve ser empregada quando seja absolutamente necessária para a salvação pública; nunca quando haja

outros meios e creio que ainda os há"([6]).

É assim que se estabelece um clima de violência, de perseguições e represálias, a que Relvas não escapou. João Franco dissolve o Parlamento e passa a governar, ditatorialmente, a partir de 7 de Maio de 1907, com as consequências óbvias de violências e atentados contra o ditador, como aquele em que participa um jovem estudante anarquista, que dá pelo nome de Aquilino Ribeiro. E que dará origem ao Regicídio.

A 18 de Junho de 1907, quando João Franco regressava do Porto, uma multidão esperava-o no Rossio. José Relvas anotou a situação. "Os acontecimentos, que sucederam à entrada do ditador em Lisboa, nessa noite histórica, marcaram o início da fase trágica da ditadura, que começa com as mortes no Rossio, para terminar no regicídio"([7]). "O ditador precisava de responsáveis pelo desacato à sua suprema autoridade e pelo desprestígio infligido à sua vaidade e ao seu orgulho! Começaram por isso a circular o meu nome e o de José Alpoim([8]), indicados na imprensa franquista como agentes do movimento insurreccional dessa noite (...). Tal boato não tinha o menor fundamento. (...) Foi em Alpiarça, em 20 me surpreendeu a atoarda das responsabilidades que me queriam imputar. (...) Foi esta a causa do meu exílio de alguns dias em Salamanca, para regressar logo a um combate mais activo, sobretudo na Imprensa e em conferências em Viseu, quando o decreto (...) liquidando os adiantamentos à família real, tornou irreductível o conflito, não apenas com João Franco, mas também com o rei D. Carlos"([9]).

O proprietário dos Patudos espanta-nos constantemente. Para além da fundação de obras filantrópicas, como a Fundação para idosos, com o seu nome, em Alpiarça, e como Mecenas que se relaciona com artistas de nomeada, que frequentavam a sua Casa e que enriqueceram o seu património artístico, com o melhor das suas obras. Rafael (1864-1905) e Columbano Bordalo Pinheiro (1857-1929), José Malhoa (1863-1925), o retratista oficial da família, são alguns desses artistas.

José Relvas era excelente violinista e fundou, em 1899, com Lambertini, Costa Carneiro, D. Luís da Cunha e Menezes e Cecil Mackee, a Sociedade de Câmara, cujo primeiro concerto foi no Real Coliseu de Lisboa, a 30 de Janeiro desse ano.

I. AS MEMÓRIAS POLITICAS

1- José Relvas e a Revolução de 5 de Outubro de 1910

Paulatinamente, as figuras das Artes vão dando lugar às figuras da Política. É assim que a Casa dos Patudos se envolve na teia revolucionária, meticulosamente organizada por Relvas. É o próprio que no-lo confirma: "A 'Casa dos Patudos' fora, na realidade, um foco de conspiração, desde Maio de 1907. Nela se fez o movimento de solidariedade de Alpiarça; muitos dos comícios, que tanto mal fizeram à ditadura, foram preparados ali, onde também se reuniram, em momentos de extrema gravidade, João Chagas e Afonso Costa"([10]).

Para José Relvas, João Chagas, o seu grande amigo e companheiro de luta, sintetizava "todo o movimento insurreccional da democracia contra a Monarquia. Chamavam-lhe o herói de 31 de Janeiro ([11]), embora nesse momento estivesse encarcerado na cadeia da Relação do Porto. Mas tinha sido na imprensa, o precursor e instigador da Revolução (...) O ditador distinguiu-o com a honra de ser ele o primeiro preso (...) Correu o boato da sua morte no cárcere (...). Vencido João Franco (...) João Chagas inicia as Cartas Políticas (...) escritos só comparáveis com a obra de Ramalho Ortigão nas Farpas e de Bordalo Pinheiro no António Maria, obra das mais demolidoras que se conhece na literatura política contemporânea([12]). "João Chagas não era combatente; era um organizador, e só em circunstâncias muito excepcionais, que não vieram a realizar-se, ele era obrigado a pegar em armas" ([13]).

As Memórias Políticas de José Relvas são um documento imprescindível para a compreensão desse momento de mudança na História de Portugal, que foi a I República. Através de uma escrita clara e vivida, temos conhecimento de toda a evolução do processo revolucionário nessa primeira década gloriosa do século XX, desde a preparação da Revolução, até à sua consecução. As tácticas, as estratégias dos vários grupos políticos, a acção dos militares e dos populares, tudo se aprende na obra política de Relvas. Por outro lado, com a leitura destas Memórias, derrubam-se alguns mitos construídos pela História tradicional.

José Relvas faz o retrato pormenorizado de algumas figuras envolvidas na Revolução, como, por exemplo, Teófilo Braga([14]). Digam-me, se é esta a imagem que temos do chefe do Governo Provisório, em 1910 e depois Presidente da República, em 1915?

"Há no seu aspecto um desleixo miserável. Sem hábitos sociais, tendo vivido uma longa existência confinada entre as quatro paredes da sua desordenada biblioteca, dotado de uma natureza fundamental e incorrigivelmente plebeia, avarento, fazendo livros sem probidade, atacando sinuosamente os homens em que receia competidores, descendo até às vis insinuações como aquelas que formulou contra António José de Almeida ([15]) e Arriaga ([16]), ambicioso, mas de uma vulgar e baixa ambição, sem a nobreza de quem aspira a um alto destino para a realização de um grande ideal, Teófilo Braga exterioriza o tipo de adelo, coçado do balcão, em que tem vendido a algumas gerações uma obra feita de retalhos, cheia da promiscuidade do bricabraque literário, em que as botas cambadas e rotas dos pontapés que deu a Herculano e Castilho, emparelham com a casaca de casamento, com que teve o impudor de se apresentar na primeira festa diplomática oferecida pelo ministro da Argentina ao Governo da Revolução! (...)

O Partido Republicano teve acerca deste homem as mais funestas ilusões, funestas para a Nação e para a República. (...) Fez do primeiro Governo da Revolução um corpo acéfalo (...). É o maior responsável da falta de unidade governativa (...). Faltam nesse homem altas faculdades de estadista e nobres sentimentos patrióticos. É uma fraca inteligência e um coração insensível. (...)

A sua acção no Directório, como havia de ser mais tarde no Governo Provisório, ou era nula, deixando de comparecer ou abstando-se de versar assuntos da maior importância, ou era ditada pelos seus interesses, pelas suas ambições e muitas vezes pelos seus rancores" ([17]).

São, realmente, extraordinárias estas Memórias Políticas, que Relvas deixou meticulosamente organizadas para serem publicadas após 1990. Mas, tanto o historiador João Medina, como o jornalista Carlos Ferrão, entenderam que é tão grande a sua importância documental, que resolveram dá-las à estampa em 1977.

Estas memórias são, sem dúvida, um dos mais valiosos testemunhos sobre a preparação do movimento que culminaria na Implantação da República, a 5 de Outubro de 1910. Como diz Carlos Ferrão, na apresentação da obra, Relvas "foi a batuta vigilante, (...) andando sempre na rua, nas trinta e três horas que (a revolução) durou (...). Ele foi o cérebro da revolução e com ele se encontrava um grupo de republicanos que a História não fixou nas suas páginas e só o testemunho de José Relvas poderia ressuscitar na sua abnegação"([18]).

Não foi por acaso que José Relvas anunciou, da janela da Câmara Municipal de

Lisboa, a queda da Monarquia e a Implantação da República, ao povo que se tornara multidão, nessa manhã de 5 de Outubro, há 95 anos, e que nascera prenhe de esperança e de ideais.

Depois foi a frustração, o dissipar das ilusões revolucionárias. As rivalidades, as tricas políticas, a corrupção, as arremetidas monárquicas, com o apoio da Igreja e da Espanha, na pessoa da Rainha Cristina e ainda a entrada de Portugal na I Grande Guerra, com todas as consequências sociais e económicas, que daí advieram, fariam soçobrar a jovem República Portuguesa, abrindo as portas à Ditadura Militar, a 28 de Maio de 1926 e ao despotismo Salazarista, que marcou profundamente a mentalidade nacional.

Para José Relvas, "terminava aquele dia glorioso que amanhecera para Portugal com a Monarquia e terminava com o estabelecimento da República, que começara com todas as incertezas da luta e findara na apoteose das Instituições republicanas. Bem podiam dizer, quantos tinham corrido o risco duma revolução, oscilando entre a Rocha Tarpeia ([19]) e o Capitólio ([20]), que fora um dia bem ganho. (...) Quem nos diria então que soma imensa de desenganos vivia, não da ideia republicana, mas dos abusos cometidos pelos republicanos!" ([21]).

Ontem, como hoje, não são os ideais que falham, mas os que os tentam concretizar e se perdem pelo caminho, por muitas e variadas circunstâncias.

Para João Medina, Relvas "não era um revolucionário fanático, um extremista ou sequer um verdadeiro radical. (...) Relvas surge no tablado conspiratório na altura devida, (...) para tomar sem temores a senda insurreccional: assim o veremos entrar para o Directório do Partido Republicano aquando do decisivo Congresso de Setúbal de 1909, encarregado de lançar as hostes republicanas na 'acção revolucionária armada'. É ele que prepara em Janeiro de 1910 a reunião que precede o plano insurreccional desse ano. (...) Conduz com tacto e a sua habitual distinção tanto pessoal como intelectual (...) a missão que vai a Londres e a Paris, (...) esclarecer os meios influentes da Inglaterra e da França, tranquilizando as esferas moderadas quanto ao alcance da revolução que se prepara em Portugal, de modo a ganhar, antecipadamente para o novel regime adesões, apoios e simpatias que se revelariam depois decisivos para o reconhecimento europeu da República lusa". ([22])

A importância fundamental de Memórias Políticas é clara e lucidamente apresentada pelo próprio José Relvas, na "Nota Prévia" ao volume I. "Estas páginas são o depoimento duma testemunha, que acompanhou a Revolução portuguesa, desde o seu período de preparação mais activo até à proclamação da República.

Na sucessão vertiginosa dos acontecimentos, decorridos desde o advento de João Franco, frequentes vezes verifiquei como se originavam versões erradas, como se desvirtuavam intenções, ideias e factos, que mais tarde podem concorrer para uma falsa noção histórica desse período de gestação, tão atormentada, da democracia lusitana. Para reconstituir com exactidão a História são indispensáveis as Memórias redigidas com a serenidade de quem está já isento de paixões, alheio às lutas, que, após a Revolução e em todos os países, sempre acompanharam os primeiros tempos dum regime novo.

Não faltarão essas Memórias legadas pelos maiores agentes da Revolução; onde elas forem omissas os depoimentos dos colaboradores as completarão.

É um destes depoimentos que entrego à História " (José Relvas) ([23]).

Após a Revolução, Relvas foi Ministro das Finanças no Governo Provisório, de 1910 a 1911; foi Ministro de Portugal em Madrid, de 1911 a 1914 e chefe do Governo em 1919, de Janeiro a Março.

Regressa a Alpiarça neste mesmo ano, desiludido com a política e com duas dores no coração: a decadência da República e o suicídio do seu único filho vivo, Carlos. Refugia-se, então, na escrita, na organização e continuação da sua colecção de Arte e na Música, não só como executante, mas também como teorizador, através de vários artigos, sobretudo na revista A Arte Musical, tendo-nos deixado também uma Iconografia Musical. E, é claro, dedicou-se afincadamente à administração da sua Casa e das suas propriedades.

Numa carta de 5 de Abril de 1919, escreve José Relvas: "Escrevo já dos Patudos, restituído à paz da minha casa e da minha consciência. (...) Mantidas as posições de todos os partidos, e vencida a Monarquia do Norte ([24]), foi inevitável o conflito de interesses, que se afirmaram sem rebuço desde que o Governo só podia pensar em sair da ditadura, criada pelo golpe de Estado, abrindo o período eleitoral. Cada um dos partidos encaminhou a sua acção para obter predominância sobre os outros (...).

A ameaça de sublevação de forças anárquicas precipitou a solução da crise com um Governo improvisado (...), mas sentindo-se desde logo o regresso ao predomínio do Partido Democrático ([25]), isto é, à solução que menos convinha à Nação" ([26]).

E, profeticamente, continua: "Voltaremos às mesmas lutas estéreis, ao mesmo desinteresse dos problemas nacionais, às mesmas intrigas ambiciosas, e ao cabo de

um período mais ou menos longo outra ditadura virá renovar os dias de Pimenta de Castro ([27]) e de Sidónio Pais ([28]), com as correlativas e perturbantes reacções, mas então já uma ditadura que sucederá com a experiência do passado àquelas que a falta de experiência tornar inviáveis. Uma ditadura que manterá apenas um simulacro de República, ou que será uma transição para a Monarquia. E essa será a maior responsabilidade dos partidos, que, a despeito de todas as experiências e de longas provações, são incorrigíveis nos seus processos e na aceitação das mais comprometedoras solidariedades" ([29]).

2. José Relvas diplomata

Não posso deixar de relevar o papel de diplomata que José Relvas exerceu com excelência. A República Portuguesa precisava deste homem elegante e íntegro para a representar na Europa das monarquias. Apenas a França e a Suíça ficaram um pouco aterradas com o barrete frígio, símbolo da República Portuguesa. ([30])

Por outro lado, a Revolução fora feita com a adesão do povo, que destronou a Casa de Bragança e muitos dos intervenientes na acção tinham baixas patentes entre os militares. Por isso Magalhães Lima ([31]) e José Relvas deslocaram-se a Londres, em Julho de 1910, para apresentar as pretensões portuguesas e republicanas. Era então Ministro do Interior inglês, Winston Churchill ([32]), que moveu todos os "cordelinhos", até ao Verão de 1911, para que o Governo inglês não reconhecesse o Governo Republicano português. Mas não só Churchill estava interessado na derrota da República em Portugal. Também Sri Edward Grey, ministro dos Negócios Estrangeiros britânico estava na base do projecto germano-britânico de partilha das colónias portuguesas entre a Alemanha e a Inglaterra, objectivo a que a I Guerra Mundial poria fim.

A 11 de Setembro de 1911 o novo regime português será formalmente aceite pela nossa velha aliada.

Mas é a oposição espanhola que mostrará com maior relevância o papel diplomático de José Relvas na afirmação da República Portuguesa.

Em Outubro de 1911 o Senhor dos Patudos foi ocupar o lugar de Ministro de Portugal em Madrid, onde encontrou um ambiente adverso, tanto no corpo diplomático que encontrou, como também no Governo espanhol.

A Imprensa espanhola ataca o regime republicano português e José Relvas recusa-se a pagar "subsídios a jornais espanhóis, para defenderem a causa da nossa República!

Apenas o jornal Universo não aceita bem estas medidas, o que leva este periódico a caluniar o regime português, tendo Relvas que interferir junto das autoridades espanholas para pôr fim a esta campanha que terminou com êxito, não só devido ao seu espírito conciliador, mas também porque era bastante conceituado no país vizinho. Os conspiradores foram expulsos e o perigo de invadirem Portugal acabou com esta medida.

No entanto, os contactos com Dom José Canalejas e Méndez ([33]).

O chefe do Partido Liberal Espanhol revelou bom conhecimento da cultura portuguesa quando disse, de memória, num jantar da Legação de Portugal, quase todo o 3º canto de Os Lusíadas, sonetos de Antero e poemas de Guerra Junqueiro. ([34])

Foi na capital espanhola que Relvas tomou contacto com a realidade da contra-revolução e da conspiração monárquica, com o apoio espanhol.

"Os conspiradores portugueses aproveitavam-se da situação interna de Portugal, que não era tranquilizadora. Paiva Couceiro ([35]), grandemente esperançado num movimento próximo, realizou uma viagem a Madrid com o fim de pedir uma audiência à Rainha Maria Cristina ([36]). A delação deste propósito chegava-me acompanhada de pormenores tão verosímeis que eu podia referir-me, à sua presença e ao seu projecto, escrevendo numa nota dirigida ao ministro de Estado, 'que existia um bando de conspiradores portugueses concentrados em território espanhol' (...). O ministro deu-se por entendido e não quis mais explicações. Ficou, porém, certo de toda a minha vigilância e de ter um bom serviço de informação." ([37])

O convénio luso-espanhol de Setembro de 1911 pôs termo à conspiração contra a República Portuguesa.

O combate de Chaves, em 8 de Julho de 1912, terminou com as incursões monárquicas, contra-revolucionárias.

Foi também em Madrid que Relvas tentou melhorar as relações de Portugal com a Santa Sé, pois o regime republicano, ao separar a Igreja do Estado e ao promulgar a liberdade religiosa, criou a sua rejeição por parte do Vaticano.

Durante o tempo que permaneceu na capital espanhola, incrementou ainda as relações culturais luso-espanholas com a promoção de uma Exposição de Arte Portuguesa, inicialmente programada para Lisboa, mas que nunca foi concretizada. Em Madrid esteve patente no Salon madrileno e teve honras de inauguração pelo rei

Afonso XIII. A exposição foi um êxito e nela estiveram representadas obras de Columbano, Malhoa, Constantino Fernandes (autor do desenho do selo Ceres, da República), Teixeira Lopes, Veloso Salgado e Carlos Reis, entre outros. ([38])

Alguns artistas portugueses foram agraciados com condecorações, pelo Governo espanhol. ([39])

Mas não ficou por aqui a acção cultural promovida por José Relvas na capital espanhola. No Ateneu de Madrid promoveu várias conferências sobre a cultura portuguesa. ([40])

Mais ainda fez este diplomata em prol da Pátria: tentou interessar Rothschild ([41]) no investimento em Portugal, no aproveitamento de quedas de água e irrigação do Vale do Tejo; tentou o apoio de banqueiros e industriais de Bilbao para as obras do porto de Lisboa. "Um deles, Echevarrieta, protegeu bastante este projecto e conseguiu que fossem feitos trabalhos nas docas de Santos e Alcântara" ([42]). Tratou ainda da comercialização da cortiça portuguesa e a sua transformação industrial com a ajuda de Espanha. Rejeitou, porém, todos os projectos que, em sua opinião, eram prejudiciais ao País, como a cultura da beterraba "em grande escala", que lhe parecia perigosa "num país vinícola" ([43]).

A sua saída de Madrid e o abandono do lugar de Ministro de Portugal, em Janeiro de 1914, para além de problemas de saúde, deve-se à aversão que lhe tinha o "clã afonsista", então no poder. Por outro lado, e com desgosto, constata que Portugal não tem uma política externa que as legações no estrangeiro eram apenas burocráticas, "para despachar o expediente" ([44]). Queixa-se, numa carta a João Chagas que, "desde que a República se instituiu, os diplomatas portugueses têm sido reduzidos, pode dizer-se, à condição de meros agentes de informação e de recado do Governo português. Quebrou-se assim a tradição que fazia da diplomacia nacional a confidente e interlocutora de todos os Governos (...). Desconheço completamente o que seja a política externa de Portugal e penso que outro tanto sucede aos demais representantes do País". ([45])

Desgostoso com o caminho que levava a República Portuguesa, escreve ao republicano Ramiro Guedes, "voluntariamente afastado da política partidária": "Julgo que desde que se enveredou por um caminho que desvirtuou completamente o pensamento da Revolução e entrega a República aos piores republicanos e aos mais detestáveis monárquicos, travestis de republicanos democráticos, há só a escolher entre estas duas soluções: ou fazer o vácuo completo em torno dessa quadrilha de embusteiros, (...) ou dar a solidariedade a um movimento militar, organizado com

toda a segurança, do ponto de vista do êxito e dos resultados políticos a obter que seriam entregar o Governo da Nação os homens intelectual e moralmente capazes". ([46])

Este homem íntegro, sensível e civilizado não merecia a vida infeliz que teve, pois assistiu à morte dos seus 3 filhos: Luísa morrerá de tifo a 14 de Maio de 1895, com 12 anos, tendo contaminado o irmão mais novo, que faleceu a 14 de Agosto de 1896, apenas com 10 anos. Carlos, o filho do meio, cometerá suicídio em 1919, por razões desconhecidas ou mantidas desconhecidas por seu pai.

Não ficam por aqui os desgostos de José Relvas, pois a Ditadura Militar (1926-1933) talvez lhe tenha infligido a maior humilhação da sua vida, a busca feita a sua casa em Alpiarça, em Outubro de 1927, pois esta tinha sido referenciada no interrogatório de um preso, cuja prisão é reputada de muito importante. ([47])

O viajante incansável fará a sua última viagem a 31 de Outubro 1929. D. Eugénia, sua esposa, abandona a vida social, vindo a falecer em 1951, com 86 anos de idade.

3. José Relvas Coleccionador

Não posso deixar de falar ainda da Casa do Senhor dos Patudos, onde ainda hoje moram as magníficas colecções que doou ao Mundo. A Casa dos Patudos fala-nos, sobretudo, do seu proprietário, o coleccionador apaixonado e o Mecenas esclarecido e sensível. Este lavrador abastado legou-nos uma extraordinária galeria de Arte de excepcional qualidade e bom gosto, formada por valiosas colecções que abrangem todas as expressões artísticas, da azulejaria mudéjar do século XVI aos tapetes de Arraiolos dos séculos XVII e XVIII; dos anjos barrocos de talha dourada aos quadros tenebristas de Zurbarán ([48]), passando por excelentes conjuntos pictóricos do século XVI ao século XX. Em Setembro de 2005 a colecção de pintura espanhola dos séculos XIX e XX, que se tinha mantido nas reservas dos Patudos até aos nossos dias, foi pela primeira vez exposta ao público este ano, no El Corte Inglês, até 8 de Outubro. O conjunto apresentado inclui três dezenas de peças, desde o Romantismo ao simbolismo e primeiros anos do Modernismo e integra dos maiores nomes da pintura espanhola.

As cerâmicas de Bordalo, o mobiliário, muitas vezes criado expressamente para a Casa dos Patudos por Raul Lino ([49]), o arquitecto que a recriou, as magníficas baixelas ou a numerosa colecção de porcelanas orientais, como a baixela que repousa na mesa da sala de jantar, Companhia das Índias, com o brasão da Casa Marialva,

são preciosidades que merecem ser visitadas.

Ao reestruturar a sua Casa José Relvas pretendeu também organizar um espaço onde pudesse comungar com os amigos a beleza dos objectos, que colecionou toda a vida.

A Casa por onde se distribui o tesouro artístico acumulado por Relvas, é composta por dois corpos e está dividida em dois pisos. É uma Casa caiada de branco, em cujas paredes brilha o Sol, ao fim da tarde. Nas cantarias neo-românticas de pedra de Ançã, obra de mestre conimbricense, esvoaçam aves, picando sumarentos frutos, à mistura com elementos vegetalistas. Lampiões suspensos, aldrabas e ferrolhos de ferro povoam as portas, à maneira do século XII. Ainda se pode ver a sineta que marcava o tempo e as horas das refeições dos trabalhadores agrícolas. Mansardas com janelas de guilhotina, pináculos neo-quincentistas, hirtas chaminés que povoam os telhados e uma enorme varanda, à portuguesa, fazem desta Casa um momento único na obra do seu arquitecto.

No interior é o deslumbramento, que nos leva de sala em sala, querendo ver mais e melhor as peças expostas que são apenas uma parte do espólio dos Patudos. Podemos ver as célebres "salas à Relvas", criadas por Carlos Relvas ([50]), pai do anfitrião, que também nos doou o seu Museu de Fotografia, na Golegã.

Nas salas da Família está exposta a maior colecção de retratos pintados por Malhoa. Rubens, Memling, Josefa de Óbidos, Silva Porto, Columbano e tantos artistas foram reunidos na mesma Casa, para nosso prazer. ([51]) Não posso deixar de lembrar que aqui poderemos ver o único retrato conhecido de Domenico Scarlatti (1685-1757), filho do célebre Alexandre. Domenico foi professor de Música da Infanta D. Maria Bárbara (1711-1758), filha de D. João V, futura Rainha de Espanha, que acompanhou para a sua nova morada e para quem compôs 555 peças. Também digno de nota é o retrato de Joana de Áustria (1535-1573), filha de Carlos V (1550-1558) e de Isabel de Portugal (1503-1539), mãe de D. Sebastião (1554-1578).

E a Jarra Beethoven, criada por Rafael Bordalo Pinheiro, feita expressamente para Relvas?

E a Biblioteca, com mais de 4 mil volumes; e os painéis de azulejo da Sala de S. Francisco; e a Sala Renascença e a das Aquarelas, a Galeria Verde, a Sala das Colunas e as Salas Românticas?

É imperdoável não fazer, pelo menos uma vez na vida, uma visita a esta Casa

mágica, que fascina o visitante e o faz voltar sempre. Também é imprescindível ler as Memórias Políticas ou a correspondência de José Relvas, para compreendermos melhor o cidadão, o político e o diplomata, como também o é conhecer a Casa dos Patudos para apreciarmos melhor o gosto e a sensibilidade do colecionador e do Mecenaz.

II. EM JEITO DE CONCLUSÃO

Muito mais coisas gostaria de vos revelar sobre a Casa dos Patudos e o seu Senhor, mas o tempo é um ditador insensível, que nos corta tudo na vida.

Para além do que vos disse, José Relvas, não posso deixar de o lembrar, foi um incansável promotor do Associativismo e do Sindicalismo. Promoveu comícios onde mostrou o cidadão activo, iluminando os seus discursos com ideais republicanos. Conhecedor profundo das questões económicas que afligiam o País, sobretudo as questões agrárias, durante o seu cargo de Ministro das Finanças, tentou equilibrar as finanças portuguesas sem recorrer a empréstimos; introduziu o escudo como moeda.

Em 1919 foi chamado a formar Governo, em substituição de Tamagnini Barbosa. Nele incluiu todas as forças políticas de então e, pela primeira vez, incluiu um representante socialista, Augusto Dias da Silva.

Analista minucioso da vida portuguesa do seu tempo, apresentou teses de grande visão política e económica. Ainda no seu Ministério breve, a preocupação com a habitação nos meios operários levou-o à promulgação de um decreto que abre a possibilidade de um crédito de 100 contos para a construção de bairros operários. Acabou ainda com a censura à Imprensa.

Em todo o seu trabalho se espelha o ideal republicano de Igualdade, Liberdade e Fraternidade. O seu testamento é disto testemunho ao legar os seus tesouros a todos nós.

É evidente que Relvas não era um ser perfeito, como qualquer ser humano, mas quase se aproximou da perfeição, no seu ser e no seu estar no Mundo.

Tinha um certo preconceito em relação, por exemplo, aos socialistas, que trata razoavelmente mal nos seus escritos. Em carta de Janeiro de 1919 declara que Augusto Dias da Silva, é "antigo industrial, o que não explica satisfatoriamente as suas confessadas simpatias pelo bolchevismo. Em todos os períodos revolucionários, são sempre os maiores demagogos aqueles que receiam a suspeita de serem tidos

como conservadores. A sua mentalidade - já o verificámos todos - é singularmente anárquica, e é duma ignorância, (...) dos quase analfabetos, enciclopédica!" ([52])

Em Fevereiro, garante: "É claro que por honra não consideramos os socialistas como partido do Governo. Até mesmo, pelas primeiras impressões que já tenho do seu representante no Gabinete, este partido é de desgoverno". ([53]) Doente e cansado, gritará ainda em Fevereiro: "Tenho a impressão de estar dirigindo um manicómio!" ([54])

Neste dia 5 de Outubro de 2005, 95 anos depois da data gloriosa da Implantação da República em Portugal, não podemos esquecer que, apesar de ter atingido o estado de manicómio, foi dela que recebemos a herança democrática que nasceu com o 25 de Abril. O que hoje temos devemos-lo, em parte, à I República.

É significativa a hora a que iniciámos estas comemorações. Deve ter sido cerca das 10 horas da manhã que José Relvas, debruçado na varanda da Câmara Municipal de Lisboa, anunciava a Implantação da República, já proclamada às 9 horas pelos revolucionários do Rossio.

Com a República foi cuidada a educação infantil, criando jardins escola, creches e escolas primárias. Os analfabetos eram cerca de 70% e um País de analfabetos não pode crescer e desenvolver-se. Por isso, as escolas móveis. Para além disso, o saber ler e escrever são símbolos de liberdade e de poder. Tal como hoje, a falta de verbas não deixou que se cumprisse o ideal de educação para todos.

Revolucionariamente, a República declara que o Ensino Primário é laico e descentralizado, e é também obrigatório para ambos os sexos.

Este decreto contempla ainda medidas de protecção e dignificação dos professores primários, apostando na sua formação, adequada às funções que desempenham, criando Escolas Normais, encerradas, na maioria durante o período fascista. Surpreendentes são as medidas relacionadas com as professoras que usufruirão de dois meses de dispensa, com vencimento, no último mês de gravidez.

As medidas levadas a cabo foram promulgadas rapidamente, ainda em 1910.

Socialmente estabelece-se a lei do divórcio e é introduzido o casamento "como contrato de validade exclusivamente civil", lei que nunca chegou a cumprir-se fora das grandes cidades, por razões óbvias de cultura.

Com a Lei da Família, de 25 de Dezembro, são protegidos os filhos ilegítimos e perfilhados, assim como as suas mães.

É decretado o descanso semanal, ao domingo, para todos os trabalhadores assalariados; é publicada nova lei de assistência.

Em 1918 será decretado o sufrágio universal, apenas abrangendo os homens, é claro. Cessava, no entanto, a exclusão dos iletrados masculinos.

Politicamente, a República foi um fracasso. Também é verdade que a mudança constante de Governo, destruiu o que se havia conquistado a 5 de Outubro e que nos levou para a tal falsa República, que nos martirizou durante 48 anos. Mas A Portuguesa de Alfredo Keil e Lopes de Mendonça, a bandeira nacional, modelo de Columbano, e o escudo, o fascismo não conseguiu destruir e mantiveram-se, apesar da sua utilização nacionalista, uma marca incontornável da I República Portuguesa.

Tenho que fazer, apesar de tudo, um reparo. A República e os republicanos nunca conseguiram perder ou ultrapassar a sua tremenda misoginia, que recusava à Mulher o acesso à Política e ao voto. Com o sufrágio universal de 1918, o sufrágio universal alarga o direito de voto a todos os cidadãos maiores de 21 anos, "que soubessem ler e escrever ou que, não sabendo, fossem chefes de família há mais de um ano".

É assim que a médica Carolina Ângelo (1877-1911), vice-presidente da Liga Republicana das Mulheres Portuguesas, foi a primeira mulher portuguesa a votar, nas eleições de 28 de Maio de 1911. O argumento foi simples. Sendo a lei omissa quanto ao sexo do chefe de família, e sendo Carolina viúva desde 1910, com uma filha pequena era, portanto, chefe de família. Por isso, foi votar acompanhada de grande grupo de mulheres que a acompanharam, rejubilando com a situação nunca vista em Portugal. Sendo impedida de entrar na sala de voto impôs-se dizendo que ia votar e, se bem o disse, melhor o fez.

Infelizmente esta corajosa mulher morreu com 33 anos, a 5 de Outubro de 1911.

O que mais me impressiona na obra memorialista de José Relvas é, não só a sua visão profética do desenlace da I República, mas o que, através dela, podemos e devemos reflectir sobre o nosso tempo presente, em que, por vezes, parece que a República Democrática Portuguesa, também ela originada por um movimento militar, que integrou idealistas, intelectuais e o Povo, tendo recebido a herança ideológica da Revolução de 5 de Outubro de 1910, se encontra novamente nas mãos de alguns políticos que vivem de "intrigas ambiciosas", votando ao "desinteresse (os)

problemas nacionais" mais essenciais. Desvirtuou-se o pensamento da Revolução de Abril e a República agora, como então, está, outra vez, entregue a alguns travestis de democratas.

Em 5 de Abril de 1919, José Relvas escrevia a um amigo: "O erro único de que me penitencio, foi não ter constituído o Governo com pessoas livremente escolhidas e exigir dos partidos o apoio de todas as suas forças, mas sem as características partidárias". ([55]) Poderá ser este o caminho? Só a experiência nos poderá esclarecer.

Em Março do mesmo ano escreveu algo com que podíamos aprender a cidadania. "O momento é de sacrifícios, não de ambições. E ambições desordenadas, facciosas, impulsivas, em torno da República, constituem uma ameaça que é necessário impedir que se transforme num perigo. Grave é o momento que atravessamos". ([56])

Apesar de todos os desgostos e de todas as frustrações e decepções, este homem civilizado não desiste dos seus ideais, nem dos homens que o poderão concretizar.

"É preciso não descrer nos homens até ao ponto de os julgar inacessíveis pela inteligência e pela moral, a deveres imperativos da consciência. (...) com estas palavras (afirmo-lhe) o meu incorrigível idealismo (...)". ([57])

Obrigada, José Relvas.

Viva a República!

BIBLIOGRAFIA

BRAGA, Teófilo, História das Ideias Republicanas em Portugal, Lisboa, Veja, 1983.

"Câmara Municipal de Alpiarça leva a Lisboa núcleo de pintura espanhola dos Patudos", in Correio do Ribatejo, Santarém, 16 de Setembro de 2005, pp. 1 e 20.

Grande Enciclopédia Universal, Lisboa, Correio das Manhã, 2004.

Lexicoteca - Moderna Enciclopédia Universal, Lisboa, Círculo de Leitores, 1986.

MAGALHÃES, José Calvet, Breve História Diplomática de Portugal, Lisboa, Europa-América, 1990.

MARQUES, António H. de Oliveira, História de Portugal, vol. II, Palas, 1986.

IDEM, (coord.), História de Portugal Contemporâneo - Economia e Sociedade, Lisboa, Universidade Aberta, 1994.

IDEM, A Primavera República Portuguesa - Alguns Aspectos Estruturais, Lisboa, Livros Horizonte, 1975.

MATTOSO, José, (Dir.), História de Portugal, vols. VI e VII, Lisboa, Círculo de Leitores, 1993.

MEDINA, João, (Dir.), História de Portugal Contemporâneo (Político e Institucional), Lisboa, Universidade Aberta, 1994.

PEREIRA, Miriam Halpern, Das Revoluções Liberais ao Estado Novo, Lisboa, Presença, 1994.

DELGADO, Horácio, Marília Abel e Carlos Consiglieri, (Int. e Notas), Elementos Para a História da 1ª República - A Economia e a Acção de José Relvas, Alpiarça, C. M. 1986.

REIS, António, (Dir.), Portugal Contemporâneo, Lisboa, Alfa, 1990.

RELVAS, José, Memórias Políticas, 2 vols, Lisboa, Terra Livre, 1977.

IDEM, Cartas a António Macieira, Alpiarça, C. M., 1981.

RODRIGUES, António Simões, (Coord.), História de Portugal em Datas, Lisboa, Circulo de Leitores, 1994.

SERRÃO, Joel, Antologia do Pensamento Político Português, Porto, Inova, 1970.

[1] Comunicação apresentada pela Dra. Eulália Teigas Marques no âmbito da sessão solene comemorativa do 95º aniversário da Proclamação da República promovida pela Câmara Municipal de Fafe, em 5 de Outubro de 2005, no Salão Nobre dos Paços do Concelho. Licenciada em História, e mestre em História e Cultura do Brasil, a autora fez investigação nas áreas de História das Mulheres, Património Cultural e História Local, tendo diversas obras editadas nessas áreas.

[2] Foi Presidente da República de 1919 a 1923 e foi, na I República (1910-1926), o único presidente que cumpriu o seu cargo até ao fim. Desde muito novo que defendeu os ideais republicanos, tendo sofrido a prisão (1904 e 1908). Com a proclamação da República, exerceu o cargo de Ministro do Interior do Governo Provisório e foi ministro e deputado no tempo que se seguiu. Foi o 6º Presidente da República (1919-1923). Os seus discursos estão reunidos na obra Quarenta Anos de Vida Literária e Política, em edição póstuma.

[3] João Franco (1855-1929), estadista português que iniciou a sua carreira política no Partido Regenerador. Em 1890 foi ministro da Fazenda, em 1891-1892 foi ministro das Obras Públicas, de 1893-1897 foi ministro do Reino. Por incompatibilidades com Hintze Ribeiro, Chefe do Partido, fundou, em 1903, o Centro Regenerador Liberal. Em 1906 é Chefe de Governo e em 1907 inicia uma ditadura. O regicídio será o fim da carreira política do ditador.

[4] Ernesto Rodolfo Hintze Ribeiro (1849-1907) foi chefe do Governo de 1893 a 1897, de 1900 a 1904 e ainda em 1906. Como dirigente do Partido Regenerador, reiniciou o rotativismo político, o que levou ao desenvolvimento do caciquismo, quer seja administrativo, patronal, clerical ou político, tendo levado à queda do regime

monárquico.

[5] José Relvas, *Memórias Políticas*, vol. 1, p. 47.

[6] *Idem, idem*, vol. 1, pp. 46 e 47.

[7] *Idem, idem*, vol. 1, pp. 49-50.

[8] José Alpoim (1858-1916) foi político e jornalista, formado em Direito pela Faculdade de Coimbra em 1878. Foi funcionário do Ministério da Fazenda e ministro da Justiça (1898, 1904, e 1905). Contribuiu para a queda da Monarquia. Fez parte do movimento republicano em 1908.

[9] José Relvas, *op. cit.*, vol 1, pp. 50-51.

[10] José Relvas, *op. cit.*, vol. 1, p. 50 - nota de rodapé.

[11] João Chagas (1863-1925) foi grande amigo de Relvas, com quem manteve correspondência. Em 1911 chefiou o I Governo Constitucional e deixou-nos duas obras preciosas para o conhecimento da Revolução e seus actores: *Diário de João Chagas* (1929) e *Correspondência Literária e Política de João Chagas* (1937). O 31 de Janeiro foi a primeira tentativa de implantação da República, no Porto, em 1891. Esta acção levada a cabo por militares foi rapidamente dominada pela Guarda Municipal que disparou sobre a multidão que se concentrava na Praça da Batalha.

Afonso Costa (1871-1937) foi jurista e político português e o 1º Director da Faculdade de Direito de Lisboa (1913). Contribuiu para a queda da Monarquia. A partir de 1910 foi deputado republicano. Foi ele quem assinou as leis contra as ordens religiosas, assim como a lei da separação das "igrejas" e do Estado. Foi chefe do Governo e ministro das Finanças em 1913-1914 e 1915-1916, respectivamente.

[12] José Relvas, *Memórias Políticas*, vol. 1, pp. 68-69.

[13] *Idem, ibidem*, p. 82.

[14] Teófilo Braga (1843-1924) cursou Direito em Coimbra, onde doutorou. Dedicou-se a estudos de Literatura - *Introdução à História da Literatura Portuguesa* (1870); *História do Teatro Português* (1870-1871); *Teoria da História da Literatura Portuguesa* (1881) e *Modernas Ideias da Literatura Portuguesa*, ricas fontes de informação, dados biográficos dos vários autores, apesar de um certo radicalismo na análise de algumas questões literárias, às quais não dá resposta. Também se dedicou

à História das Instituições, ao escrever História da Universidade de Coimbra nas Relações com a Instrução Pública Portuguesa (1892-1902). Militante do Partido Republicano, foi chefe do Governo Provisório (1910) e Presidente da República (1915), após a renúncia de Manuel Arriaga.

[15] António José de Almeida (1866-1929), desde muito novo seguidor dos ideais republicanos. Por isso foi preso durante 3 meses e, a partir de 1904, participou na acção republicana, tendo-se tornado um orador apreciado nos comícios do Partido. Depois da Proclamação da República foi ministro do Interior do Governo Provisório (1910), e também deputado e várias vezes ministro no período seguinte à Revolução. Fundou o Partido Evolucionista (1912) e foi eleito Presidente da República de 1919 a 1923. Deixou-nos um interessante retrato do Portugal do seu tempo na obra póstuma Quarenta Anos de Vida Literária e Política.

[16] Manuel José de Arriaga Brun da Silveira (1840-1917) contribuiu para a Revolução Republicana com discursos acalorados, não só no Parlamento, mas também em Clubes. Foi o primeiro Presidente Constitucional da República Portuguesa (1911), tendo renunciado ao mandato em Maio de 1915, por não ter conseguido conciliar as diversas tendências republicanas. Escreveu Contos Sagrados e Harmonias Sociais.

[17] José Relvas, op. cit., vol. 1, pp. 64 e 65.

[18] Idem, ibidem, vol. 1, p. 31.

[19] Rocha da qual eram despenhados os traidores. Esta rocha tem o nome da filha de Espúrio Tarpeio, chefe da guarda do Capitólio. Tarpeia foi subornada pelos Sabinos para que abrisse a porta do centro político romano. Após abrir-lhes as portas, mataram-na.

[20] Uma das 7 colinas de Roma, centro político e religioso do Império Romano, onde estava erigido um templo dedicado a Júpiter, Juno e Minerva.

[21] José Relvas, op. cit., vol 1, p. 159.

[22] "José Relvas e a varanda imortal", in Memórias Políticas, vol 1, pp. 16-17.

[23] José Relvas, Memórias Políticas, vol. 1, p. 41.

[24] Proclamada a Monarquia no Porto, a 19 de Janeiro de 1919, sob a chefia de

Paiva Couceiro, a ela aderiu a guarnição de Monsanto, em Lisboa, a 23 do mesmo mês, sendo esta adesão sufocada no dia seguinte. A 24 de Janeiro a contra-revolução é subjugada no Sul, apesar de os monárquicos, no Norte, só terem sido derrotados a 13 de Fevereiro. A 20 de Janeiro houve ruidosas manifestações de apoio à República. O povo é convidado a formar batalhões de voluntários para a defesa do jovem regime português, assim como é convidado o Corpo Expedicionário Português, recentemente chegado da I Guerra. A guerra civil terminou com a capitulação do Porto.

[25] Facção do Partido Republicano após a Revolução de 5 de Outubro. A partir de 1911 passou a existir esta facção chefiado por Afonso Costa. Brito Camacho chefiava os Evolucionistas e António José de Almeida os Unionistas. Do Partido Democrático saíram o Partido Reconstituente (1920) e a Esquerda Democrática (1925).

[26] José Relvas, op. cit, vol II, pp. 207-208.

[27] Joaquim Pimenta de Castro (1846-1916) chefiou o Governo Republicano a 28 de Janeiro de 1915. Foi derrubado a 14 de Maio do mesmo ano por ter encerrado o Parlamento, tendo provocado uma revolução constitucionalista.

[28] Sidónio Pais (1872-1918) foi Presidente da República em 1918. Entre 1912 e 1916 foi ministro de Portugal em Berlim. Fundou em 8 de Dezembro de 1916 uma república de cariz presidencialista, a partir de um golpe militar. Por sufrágio universal, pela 1ª vez posto em prática em Portugal, foi eleito Presidente da República em 9 de Maio de 1918. Acabou assassinado na estação do Rossio. A instauração de uma ditadura militar, a dissolução do Congresso, a destituição do Presidente da República e a quantidade de decretos modificando o que fora feito são razões mais que pertinentes para este assassinato.

[29] José Relvas, op. cit., vol II, p. 208.

[30] O barrete frígio, usado pelos habitantes da Frígia, e adoptado pela Revolução Francesa, como símbolo da liberdade.

[31] Magalhães Lima (1850-1928), jornalista e tribuno republicano, grão-mestre da Maçonaria, a partir de 1907. Foi director do Comércio de Portugal, de O Século, de A Folha do Povo e da Vanguarda.

[32] Winston Churchill (1874-1965) é um dos mais conhecidos políticos ingleses escritor e deputado conservador em 1900; 1º ministro em 1908, pela 1ª vez; sê-lo-à, depois entre 1940 e 1945 como promotor da resistência nazi. Promoveu a fundação

da NATO e do CE voltando, então à chefia do Governo britânico entre 1951-1955. Foi ainda historiador e memorialista, recebendo em 1953 o Prémio Nobel da Literatura.

[33] Canalejas (1854-1912) foi Presidente das Cortes em 1906, ministro várias vezes e Presidente do Conselho de Ministros em 1910. Foi ainda orador eloquente e autor sobre história literária e legislação do trabalho. Morreu em Madrid assassinado pelo anarquista Pardinãs, em 1912.

[34] José Relvas, op. cit. vol 2 pp. 41-42.

[35] Henrique de Paiva Couceiro (1861-1944) foi proclamado "benemérito da Pátria" por ter combatido no Ultramar, em 1896. Governou Angola de 1907 a 1909 e chefiou a tentativa monárquica de que José Relvas nos fala nas suas Memórias. Chefiou ainda a Monarquia do Norte, em 1919.

[36] Maria Cristina Habsburgo-Lorena (1858-1929) foi Rainha de Espanha de 1879-1885. Foi a 2ª esposa de Afonso XII e consolidou a Monarquia espanhola com o nascimento póstumo do que iria ser Afonso XIII (1886).

[37] José Relvas, op. cit. vol 1 p. 33.

[38] Columbano Bordalo Pinheiro (1857-1929) é irmão do caricaturista Rafael B. P. (1846-1905). Foi professor das Belas-Artes em Lisboa, entre 1901 e 1924. Estreou-se com pintura de género, também pintou naturezas-mortas e notabilizou-se como retratista. Faz parte da pinacoteca de Relvas, assim como a cerâmica de seu irmão, criador do célebre zé-povinho (1875). Rafael B. P. fundou a fábrica de cerâmica decorativa em Caldas da Rainha, ainda hoje em actividade.

José Malhoa (1855-1933) Pintou costumes, fixava nos seus quadros uma realidade rural cheia de romantismo, em telas repletas de cor e luz. Tem o seu Museu em Caldas da Rainha, sua terra Natal. Constantino Fernandes (1867-1920) além de pintor foi grande colecionador e notável matemático. Algumas das suas obras fazem parte do espólio do Museu de Arte Contemporânea. Expôs pela primeira vez em 1897 e teve uma menção honrosa.

Teixeira Lopes (1886-1956) foi um notável escultor, autor da estátua de D. Pedro V, no Porto e de muitas outras espalhadas pelo País. Em Paris apresentou A União Faz a Força, que lhe mereceu elogios.

Veloso Salgado (1864-1945) foi pintor da 2ª geração do Naturalismo português,

tendo sido ainda gravador, tendo-se notabilizado em pinturas históricas.

Carlos Reis (1863-1940), nascido em Torres Novas, foi notável paisagista, pintor de cenas populares e também retratista. A sua pintura é colorida e luminosa, de grande elegância e apuro técnico.

[39] José Relvas, op. cit. vol 2 p. 40.

[40] Idem, Ibidem, vol. 2, pp. 40 e 41.

[41] Mayer Anselm Rothschild (1745-1812) foi um grande banqueiro de Francoforte, com grande influência sobre a Europa, pois emprestava dinheiro a reis e imperadores. Os seus filhos e, decerto será um deles este Rothschild citado por Relvas, ou até seu neto, continuarão a manter essa influência através das suas casas em Londres, Paris, Viena e Nápoles e com presença também em Madrid.

[42] José Relvas, op. cit. vol. 2, pp. 40 e 41.

[43] Idem, Ibidem, vol. 2, pp. 40 e 41.

[44] Idem, Ibidem, vol. 2, pp. 72-74.

[45] José Relvas, op. cit. vol. 2, pp. 72 e 73.

[46] Idem, ibidem, vol. 2, p. 76.

[47] José Relvas, op. cit. vol. 2, pp. 227-228.

[48] Zurbarán (1598-1664) é um pintor espanhol que se dedicou à pintura de retratos e naturezas-mortas e, sobretudo a quadros de temática religiosa. De um tenebrismo menos radical que o de Ribera (1591-1652), os seus prados têm uma técnica realista e uma excelente utilização do claro-escuro.

[49] Raul Lino (1879-1974), conhecido arquitecto que defendeu aquilo a que chamou arquitectura típica portuguesa, tendo casado os novos conjuntos arquitectónicos com a tradição nacional. Para além da Casa dos Patudos, realizou o cinema Tivoli, em Lisboa e as Casas do Cipreste e do Penedo, em Sintra, para além de ter sido inspirador de várias casas disseminadas pelo País.

[50] Carlos Relvas (1838-1894) foi excelente fotógrafo amador, tornando-se um dos

mais conhecidos do seu tempo, não só pela excelência da sua Arte, mas também como impulsionador da existência da fotografia artística em Portugal, Senhor de grande fortuna teve a possibilidade de exercer actividade, pois os artigos fotográficos eram de elevados custos. Construiu na Golegã um palacete dedicado exclusivamente aos seus estúdios e laboratórios. Este Museu integra fotografias da autoria de Carlos Relvas e de sua filha, Margarida Relvas, para além de outros fotógrafos principais da altura, assim como máquinas de diversos tipo. Teve, recentemente, importante restauro.

[51] Pieter Paul Rubens (1577-1640) é um pintor flamengo, esteve em Itália, a partir de 1600, tendo como patrono o Duque de Mântua. Em 1603 está em Espanha de Filipe III e em 1608 está estabelecido em Antuérpia, nomeado pintor de Câmara. Em 1622 foi para Paris para, a convite de M^a de Médicis, decorar o palácio de Luxemburgo. Conviveu em 1628 com Vélasquez. A sua obra divide-se entre o retrato, os temas mitológicos e os temas religiosos. É, sem dúvida um dos génios da pintura mundial.

Hans Memling (c. 1433-1494) é também flamengo que combina a suavidade dos traços faciais com a precisão descritiva da paisagem. Os seus temas preferidos foram a Virgem e o Menino. Na Casa dos Patudos podemos admirar o Casamento Místico de St^a Catarina (séc. IV).

Josefa de Ayala ou Josefa de Óbidos (c. 1630-1684) foi excelente pintora de temas religiosos, mas sobretudo conhecida pelas suas naturezas-mortas, como as que se encontram nas Pinacotecas de Braancamp Freire, em Santarém e de José Relvas, em Alpiarça. A sua sensibilidade retrata, como ninguém os rostos do Menino e as alvas transparências com que o veste. Em Óbidos, onde viveu talvez desde 1636, encontra-se também uma ponte significativa da sua obra.

António Carvalho da Silva Porto (1850-1893) foi dos poucos pintores a ter bolsas de estudo, em Paris, usufruindo dos ensinamentos da Escola de Benbizon, quanto ao paisagismo. Foi mentor do Grupo do Leão e a sua obra anuncia a pintura moderna. A Casa dos Patudos tem uma sala dedicada a este pintor.

[52] José Relvas, op. cit. vol. 2, pp. 87-88.

[53] Idem, ibidem, vol. 2, p. 88.

[54] Idem, ibidem, vol. 2, p. 93.

[55] José Relvas, *op. cit.*, vol. 2, p. 207.

[56] *Idem*, *ibidem*, vol. 2, p. 126.

[57] *Idem*, *ibidem*, vol. 2, p. 209.